



A SOCIODIVERSIDADE DA AMAZÔNIA: O QUE OS SABERES LOCAIS E TRADICIONAIS DOS POVOS NOS ENSINAM EM MEIO À PANDEMIA DA COVID 19?

The sociodiversity of the Amazon: what do the local and traditional knowledge of
the people teach us in the midst of the Covid 19 pandemic?

Eguinaldo dos Santos Guimarães¹ e Bernardo Tomchinsky²

RESUMO

As relações humanas com a natureza são elementares para problematizarmos os caminhos que queremos seguir enquanto sociedade e se nos consideramos ou não parte da natureza. A sobreposição ser humano-natureza na cultura ocidental, diferentes dos povos da floresta com seus saberes tradicionais e suas matrizes culturais, arrastaram a sociedade moderna para crises atrás de crises, no meio ambiente e nas relações socioeconômicas, com um modelo social hegemônico, que produz desordens como a doença Covid-19, favorecedor de sua rápida disseminação, tornando-a uma pandemia. A Amazônia, com sua biodiversidade, possibilitou aos povos tradicionais que nela vivem integrarem-se e, assim, eles se enxergam nos processos complexos desse grande sistema. Os saberes locais e tradicionais produzidos nesta interação biodiversa possibilitaram modos de vida, onde a floresta e as economias são reflexos, mesmo que em microcosmos econômicos, da diversidade intrínseca da Amazônia. Em um período de reflexão sobre o que nos trouxe até aqui, como os saberes amazônicos podem nos ajudar a pensar o antigo e o novo, em meio à pandemia da Covid-19? É o que discutiremos nesta obra.

¹ Docente na área de Tecnologia em Agroecologia/INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. E-mail: eguinaldoguimaraes@gmail.com

² Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: btomchinsky@unifesspa.edu.br

Palavras-chave: Povos da floresta. diversidade. economia. Coronavírus.

ABSTRACT

Recebido em: 05/08/2020

Aceito para publicação em: 26/02/2021

Correspondência para:

eguinaldoguimaraes@gmail.com

Human relations with nature are essential to question the paths we want to follow as a society and whether or not we consider ourselves part of nature. The overlap between man and nature in Western culture, different from the peoples of the forest with their traditional knowledge and cultural matrixes, dragged modern society into crises after crises, in the environment and in socioeconomic relations, with a hegemonic social model that produces disorders such as the Covid-19 disease, which favors its rapid spread making it a pandemic. The Amazon, with its biodiversity, made it possible for the people who live in it to integrate, and so they see themselves, in the complex processes of this great system. The local and traditional knowledge produced in this biodiversity interaction enabled the coevolution of man and nature, where the forest and economies are reflections, even in economic microcosms, of the intrinsic diversity of the Amazon. In a period of reflection on what brought us here, how can Amazonian knowledge help us to think the old and the new in the midst of the Covid-19 pandemic? This is what we will discuss in this work.

Keywords: Forest people. diversity. Economies. Coronavirus.

Uma breve introdução: Os seres humanos, o saber e a natureza

Um olhar em uma perspectiva biológica sobre os seres humanos sempre é importante para nos situarmos sobre o nosso papel ecológico no planeta terra. A observação das relações inter-humanas é uma dimensão para compreensão dos nossos impactos sobre os sistemas vivos, sendo a dimensão das relações dos seres humanos na natureza de elementar relevância para a consolidação ou questionamentos sobre os caminhos a serem seguidos enquanto sociedade e para entendermos o quanto somos natureza (BOFF, 2012).

A separação entre ser humano e natureza, na cultura ocidental, foi e é objeto de discussões. A visão de uma humanidade dissociada do natural, preponderante na ideia de sociedade constituída nos últimos séculos do segundo milênio d.C., nos proporcionou um arcabouço de saberes disciplinares, reduzidos frente à complexidade da vida, fragmentado, especializado, que possibilitou avanços pontuais importantes, mas gerou, entre outros efeitos, a ideia de sobreposição na relação ser humano com a natureza (MORIN, 2005; CAPRA, 1996).

Essa abordagem do humano superior, da natureza como uma máquina regida por leis rígidas, nos trouxe às crises no sistema ecológico global (CAPRA, 1996). A pandemia de Covid-19 se coloca como mais um elemento surgido do imbricamento, das crises ecológicas na qual os humanos são um elemento importante de seu desencadeamento.

Na agricultura, uma praga surgida em uma monocultura, dizimando milhares de indivíduos, nada mais é do que a atuação da natureza para corrigir a presença de um elemento do sistema, um elemento que causa a homogeneização daquele subsistema, onde pode ocorrer (naturalmente), a partir desse ataque, uma reorganização rumo a diversidade (ALTIERI, 2012). Até que ponto o modo de vida predominante na sociedade dita moderna nos trouxe ao atual momento de caos? E se a ideia predominante de organização social nos colocasse como mais um elemento na natureza? O que as sociedades que vivem sob essa lógica, os povos indígenas, os camponeses, os ribeirinhos, quilombolas, os povos da floresta, têm a nos ensinar sobre a vivência em um equilíbrio ecológico dinâmico com os demais seres vivos e elementos inorgânicos?

Buscando entender estas questões diante da pandemia Covid-19, este artigo tem por objetivo apontar relações dos saberes tradicionais com a biodiversidade intrínseca da Amazônia e como as repercussões desse processo recursivo podem nos ajudar nas discussões sobre o atual modelo de sociedade e as possibilidades durante e pós- pandemia de coronavírus.

Para tanto, os autores instituem uma profunda discussão, a partir suas interações com os povos amazônicos, indígenas, ribeirinhos, camponeses, onde registros fotográficos, escritos e orais, memória, a empiria de vivências profissionais, são traduzidas na produção desta obra.

O saberes tradicionais, a diversidade e a sua intrínseca interdisciplinaridade

A formação do conhecimento ocidental é alvo de problematizações desde a Grécia antiga, passando por calorosas discussões nos séculos XVIII e XIX, afirmando-se uma visão de mundo pautada, principalmente, em grandes correntes de pensamentos, como o positivismo e o cartesianismo, por exemplo. Mas, vale lembrar que nem sempre foi assim o pensamento ocidental, ao longo de toda a construção do conhecimento das epistemologias da ciência houveram momentos em que a busca pelo saber se pautou na indissociação do saber, no que se convencionou chamar, mais tarde, de interdisciplinaridade (JAPIASSU, 1996).

Esta interdisciplinaridade, assim como a agroecologia como disciplina e outras terminologias acadêmicas, não são conhecidas nesses termos pelos povos da floresta (indígenas, ribeirinhos, quilombolas e camponeses), mas são plenamente praticadas no cotidiano das aldeias e comunidades. O povo Kayapó, no sudeste do Pará, tem seus saberes repassados e compartilhados cotidianamente,

onde os espaços produtivos, por exemplo, são ambientes de profunda interação, onde as mais diversas atividades práticas ligadas à reprodução social das famílias são executadas (ROBERT et al., 2012).

Na aldeia A'Ukre, dentro da Terra Indígena Kayapó, a imagem de um ancião andando pela floresta, cercado por jovens entre vinte e trinta anos, onde os ensinava sobre os poderes medicinais e os perigos das plantas do entorno, é retrato da formação do saber dos povos. As viagens de famílias inteiras para os castanhais (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.), uma fonte de renda estratégica (a aquisição de barcos, motores, etc.) (GUIMARÃES et al., 2019), são momentos em que se relacionam com a sociedade envolvente, a partir dos mercados justos “fair trade” com a castanha, e momentos de intensa aprendizagem para os mais novos no âmbito das atividades, onde passam meses na floresta, onde o melhor cipó para amarrar a barraca do acampamento é mostrado, a forma de extraí-lo. Nestes acampamentos, o cair da tarde é momento de tomar banho e se assentar ao redor de uma fogueira, em círculos, onde os anciões se juntam aos mais novos para lhes transmitir, por meio da oralidade, as histórias das guerras, migrações, estórias engraçadas com “Kuben” (não índio) ou sobre festas.

Outras atividades, como a pesca e a caça, são ensinadas, assim como tudo que envolve estas atividades: os melhores caminhos nos rios, como pilotar os barcos, orientação na mata a partir dos astros, ou seja, são saberes que vão desde a química, física, climatologia, mecânica, biologia, culinária à geografia, e tantas outras disciplinas, na concepção da cultura ocidental, que são ensinadas sem nenhuma distinção e ligadas diretamente às práticas cotidianas das comunidades.

Entre os ribeirinhos, os quilombolas e os camponeses, a prática se assemelha. O ato da pescaria, a exemplo, na região de Cametá-Pará, é cercado por uma série de aprendizados, desde a confecção das canoas, com ensinamentos sobre densidade da madeira, aerodinâmica dos remos e do casco (a canoa), a forma de pilotar, passando pela confecção e conserto de redes, anzóis, aos atos em si da pescaria, ou seja, o repasse de saberes sobre os melhores lugares do rio para pescar, horários, fluxos das águas, disposição das redes, melhor forma de lançar os anzóis e capturar o peixe, os tipos de peixe, seus hábitos, entre tantos outros ensinamentos.

O agroextrativismo dos povos da floresta se traduz em um conjunto de saberes (BARROS e SILVA, 2013). As culturas agrícolas ou extrativas da Amazônia apresentam um arcabouço de saberes, que vêm sendo aprimorados há milênios. O açaí, a mandioca, o milho, o cacau, a batata, a pupunha, foram domesticados pelos povos da floresta há, aproximadamente, 9.000 anos, sendo os saberes sobre a forma de cultivo, extração e processamento passados de geração a geração, em um processo dinâmico de seleção e construção do conhecimento na relação com o meio envolvente de cada época e com os rumos acordados para os modos de vida, envolvendo conhecimentos ecológicos, agrônômicos, meteorológicos, químicos, nutricionais, sempre de forma “interdisciplinar” (PRADO e MURRIETA, 2015; LEVIS et al., 2017).

Portanto, os saberes tradicionais são fundamentalmente interdisciplinares, e emanam das relações diretas e indiretas dos povos, na natureza, com os demais elementos orgânicos e/ou inorgânicos. A ideia de uma humanidade dissociada da natureza não é elementar na interação cotidiana dos povos da floresta, seja entre seus pares e/ou com os demais elementos constituintes do ecossistema que os envolve (BARROS e SILVA, 2013).

Os saberes: repercussões da cultura ocidental e rumos apontados pela cultura da diversidade diante da pandemia da COVID-19

O início da terceira década do século XXI começa com um evento ecológico histórico para a humanidade. Passamos a encarar o que há de mais biológico no que diz respeito à existência humana no planeta: a nossa relação com outros organismos que povoam o ecossistema do qual fazemos parte

(ALTIERI; NICHOLLS, 2020), atento para o fato de esta não ser uma dimensão exclusiva. Esta provocação não exclui outras dimensões importantes que são destacadas cotidianamente nas relações sociais. O destaque é no sentido de evidenciar esta relação fundamental à vida, em muito esquecida pelas trivialidades do cotidiano frenético da sociedade de mercado, da cultura ocidental que vê a natureza como um adereço à vida cotidiana, o que nos fez literalmente pararmos "lockdown", gerando, entre outros efeitos, a possibilidade de reflexão sobre os rumos das sociedade, nosso papel e fragilidades diante da maior pandemia do século, oriunda da doença Covid-19, cujo o organismos causador é coronavírus Sars-CoV-2, um dos 7 tipos de coronavírus até então encontrados na natureza que infectam humanos.

Entre os diversos campos que saltam às discussões neste momento delicado é o do equilíbrio dos sistemas vivos no planeta, onde o conceito de equilíbrio ecológico dinâmico é fundamental para se entender o desequilíbrio causador do coronavírus atualmente, além do desequilíbrio socioeconômico que se conjugam em um sistema maior, trazendo neste ensejo olhares para outras formas de saber, como os saberes tradicionais (GLIESSMAN. 2009; ALTIERI; NICHOLLS, 2020; CASTRO, 1998).

O saber científico da sociedade ocidental, mesmo com seus inúmeros pontos de inflexão, é de fundamental importância para a sociedade contemporânea. Mas este não é a única forma de saber existente. Aliás, esta forma de conhecimento para uma ampla parcela dos cientistas não é entendida como a única, mas a dominante, ou seja, mesmo considerando os demais conhecimentos, o conhecimento científico ocidental é colocado como o verdadeiro, o crivo para a verdade dos fatos, o que pode ser problemático e, geralmente, confrontado por um anarquismo epistemológico presente na humanidade (FEYERABEND, 1989; CAPRA, 1996).

Nos idos do século XVIII, nas raízes deste saber, esta concepção de ciência se firmou juntamente com ascensão do capitalismo, sendo que se seguiu, a partir de então, uma realidade social pautada em trocas mercantis, bases para a sociedade de mercado, e na disciplinaridade com a hierarquização do saber, as especializações, a neutralidade, a objetividade e a simplificação se tornaram elementos fundante da sociedade à época e que repercutem fortemente nestas primeiras décadas do século XXI (JAPIASSU, 1976; MORIN, 2005; ALVARENGA et al., 2011).

Isto, contudo, com forte oposição crítica, inclusive em outras dimensões além do método, que enfocam e evidenciam conhecimentos fundados em atitude científica sexista, racista, onde outras epistemologias são destacadas na realização desta crítica pelo pós-colonialismo, por exemplo, com autores como Edward Said, Frantz Fanon, Homi Bhabha, Boaventura de Sousa Santos, Gayatri Spivak, María Lugones, Walter Mignolo, Aníbal Quijano e tantas outras, tão importantes quanto.

As contribuições da ciência moderna, como já salientadas, são inegáveis, inclusive no combate a Covid 19, mas há limites, principalmente quando se defronta com problemas complexos para serem solucionados por sua matriz simplificadora, seja na economia, na agricultura ou nas relações sociais. Assim, na segunda metade do século XX prosperou dentro da ciência ocidental importantes debates sobre interdisciplinaridade, sobre os limites do pensamento cartesiano e a necessidade de um enfoque sistêmico na ciência, ou seja, que considerasse a complexidade da vida em suas diversas dimensões (PINHEIRO, 2000; VASCONCELOS, 2002).

A ação transformadora do ser humano na natureza, com o desmatamento, as monoculturas agrícolas ou a aglomeração de animais criados em confinamento, provocam profundos distúrbios naturais como o surgimento de nuvens de gafanhotos, moscas, mosquitos transmissores de doenças, mudanças ambientais que afetam o equilíbrio ambiental. Em 2019, foi retratado na imprensa norte-americana e brasileira o terceiro maior surto interestadual de contaminação pela bactéria *Escherichia coli* (E. coli) dos últimos 20 anos nos Estados Unidos, sendo o epicentro dessa contaminação a carne bovina produzida sob confinamento.

Os desequilíbrios causados pelos seres humanos no sistema ao qual estão inseridos, mesmo que isso não pareça evidente no imaginário das pessoas, além de serem gerados nos ecossistemas em escala menor, têm profundo impacto quando se considera a sociedade globalizada, com fluxos intensos de informações, objetos e pessoas, gerando um ambiente propício para a difusão global e quase instantânea de agentes patogênicos como o Coronavírus, oriundo de condições ecológicas de uma menor escala.

Outros surtos, inclusive epidêmicos, surgiram na última década, sendo os mais conhecidos a H1N1, chikungunya, MERS, Zikavírus e, mais recentemente, surtos de raiva. As doenças virais sempre existiram e irão continuar, com os vírus espalhados por todo o mundo. Mas, cabe questões, como “o porquê” destes surtos estarem mais recorrentes? Porque vírus que infectavam exclusivamente grupos de animais agora infectam humanos? E as superbactérias e supervírus, de onde vêm?

As respostas a essas questões podem estar na transformação impetrada pelo ser humano na natureza, na pressão desse elemento do sistema sobre todo o sistema natural, na caminhada do modo de vida moderno contra um equilíbrio dinâmico natural, contra a “lei” maior da natureza: a diversidade, sendo esta situação exemplificada entre outras atividades na agricultura convencional com suas monocultura, completamente distinta da agricultura familiar ou indígena sóciobiodiversa (GLIESSMAN, 2009; ALTIERI, 2012).

Mas, fica uma questão: como explicar que esse vírus pode ter sido contraído num ambiente diverso de um mercado de animais vivos? Uma possibilidade são as más condições as quais estavam expostos os animais, inclusive, possivelmente, antes de adentrarem ao mercado. Nesse ambiente, a diversidade presente não está sob um funcionamento ecológico, no qual os diferentes elementos do sistema estivessem livres para desempenhar suas funções ecológicas, mas presos em gaiolas, estressados. Portanto, a diversidade estática, sem relações fluidas entre os elementos do sistema, gera um ambiente onde patógenos circulam com poder deletério em seres vitalmente enfraquecidos, sejam as aves, porcos, morcegos e/ou seres humanos.

Portanto, assim como a aglomeração de uma única espécie de indivíduo em milhares de hectares agrícola, como já citado, gera uma reação onde o desequilíbrio ecológico possibilita o crescimento populacional de populações, como insetos (as ditas pragas), fungos, bactérias e vírus (as doenças), a aglomeração humana e de animais também pode ser problemática em relação à transmissão do coronavírus (BARRETO et al., 2005; SAWYER, 2015).

O êxodo rural mais recente na Amazônia, pós 1950, causado pelo avanço do latifúndio sobre os povos da floresta na Amazônia aprofunda a aglomeração nas grandes cidades, fazendo parte do projeto capitalista, pautado na visão da simplificação, do reducionismo, da negação da diversidade amazônica, seja a mais óbvia representada pela floresta, com suas plantas e animais, à cultura milenar de coexistência dos povos com o meio envolvente (CASTRO, 2010; CASTRO 1998).

Aqui, entra a sóciobiodiversidade, como fator fulcral no processo de interação na natureza. O fato é que os saberes locais e tradicionais nos apontam um caminho importante, entre outros motivos, devido ao seu caráter peculiar de se relacionar com as demais formas de vida (BARROS e SILVA, 2013). Cada continente, cada país, cada bioma, tem seu jeito próprio de se relacionar, inserir-se e existir na natureza. A Amazônia, com os seus povos e sua biodiversidade, também apresenta outros caminhos e dá sua contribuição, fora das simplificações trazidas por esquemas interpretativos, a partir do biologismo, geografismo e dualismo, como destaca Alfredo Wagner Almeida (2008), onde se concebe, respectivamente, a questão ambiental sem sujeito, o território a partir da geografia (da topografia, relevo, bacias) ou da dicotomia cultura/natureza, em que o tradicional é visto como ultrapassado frente ao dito moderno.

Quando os europeus invadiram esse continente, a incompreensão da cultura, do modo de vida, das formas de se relacionar com a diversidade natural presente, relatado por Adauto Novaes

(1999), custou caro para os forasteiros, chegando ao ponto de a coroa portuguesa instituir a necessidade de um certo hibridamento com os saberes nativos. É nesse período que Francisco de Assis Costa (2010) aponta o surgimento do campesinato amazônico, um caboclo com saberes ocidentais, que bebeu nos saberes tradicionais dos povos indígenas, constituindo uma amálgama de saberes compatíveis com o desenvolvimento social dessa categoria durante séculos, na Amazônia.

Saberes locais e tradicionais ligados à caça, pesca, tipos de árvores, foram apreendidos pelos camponeses, como as técnicas e tecnologias ligadas ao processamento de alimentos, como a mandioca, de onde aprenderam a retirar o veneno e fazer a farinha, o tucupi e a goma de tapioca. A diversidade das roças, o extrativismo da castanha, látex de seringueira e cacau são herança das incursões dos caboclos no período das drogas do sertão.

Os quilombos, territórios onde pessoas se refugiavam para fugir da escravidão imposta pelos europeus e brasileiros no período colonial e posterior, foram o local em que os povos afrodescendentes, em contato com os indígenas, aprenderam a se integrar à floresta. Desenvolveram e aperfeiçoaram uma série de técnicas e saberes ligados às mais diversas formas de interação com o meio, uma interação geradora de princípios éticos, autonomia e independência em uma ideia de comunidade (CORRÊA, 2018).

Nas aldeias indígenas até hoje, esses saberes compartilhados com os diferentes povos se perpetuam. As roças do povo Mêbengokrê/Kayapó são verdadeiras florestas em miniaturas, onde a diversidade ecológica tem profundas ligações com outros elementos culturais, sendo uma roça efetivamente bonita quando apresenta “evidências de trocas, de viagens, de troféus de guerras e presentes de aliados, de fartura de festas passadas, presentes e futuras.” (ROBERT et al., 2012).

Toda essa integração homem e “floresta em pé”, além de favorecer a população presente neste bioma, gera efeitos no sistema planetário e, na relação Amazônia e América do Sul, coloca-se imprescindível para populações mais ao sul do continente, gerando efeitos ambientais, como os chamados rios voadores ou rios atmosféricos, conforme aponta Nobre (2015) em seu relatório “O Futuro Climático da Amazônia”. A domesticação da floresta amazônica, sob a batuta dos saberes locais e tradicionais e a manutenção biodiversidade, possibilitou uma das maiores florestas tropicais do planeta, que pela injeção de milhões de litros de água na atmosfera, por exemplo, irriga a região ao sul do continente sul-americano, responsável por 70% de seu Produto Interno Bruto (CLEMENT et al., 2015; NOBRE, 2015).

Vale ressaltar que, apesar dessa perspectiva, soar utilitarista em relação à natureza, o que deve ser levado em consideração, ela nos traz, em um primeiro momento, elementos para sensibilizar outros sujeitos imersos, consciente ou inconscientemente, no processo de negação do imbricamento ser humano/economia e natureza.

Um fato natural, já entendido pelos povos da floresta e traduzido em seus saberes, é que a diversidade em pleno funcionamento sistêmico é um aspecto nada desprezível nessa relação dos seres humanos com seu sistema maior. Diversidade em subsistemas aumenta diversidade geral, como demonstra Altieri (2012), gerando interação de elementos orgânicos em um conjunto de interações e de relações com os elementos inorgânicos (areia, argila, água, luz...) e que se projetam em uma diversidade de sistemas e subsistemas maiores e formam a terra, o planeta, onde indistintamente os saberes tradicionais se incorporam criticamente, são repassados e emanam sempre em dinâmica, como mais um elemento repleto de diversidade com seus aspectos econômicos, culturais, ambientais, sociais, todos imbricados e adequados à um universo “essencialmente” diverso, mais equilibrado, com menor propensão à pandemias com escala semelhante à de Covid-19.

A perturbação desse universo, a partir desta relação de sobreposição ser humano-natureza, provoca esses descontroles impetrados pela abordagem científica cegamente disciplinar (positivista/reducionista) e cultural do capitalismo de acumulação primitiva e de mercado, descomprometido com os processos regionais e com novas possibilidades econômicas, por exemplo.

Os “recursos naturais” são finitos, seja o petróleo, os solos, os minérios, as águas, e o ritmo de consumo anual desses bens está cada vez maior, ou seja, uma economia de consumo com crescimento infinito não é compatível com “recursos naturais” finitos fora de um ciclo, como já apontava o relatório “os limites do crescimento” em 1972 (MEADOWS et al., 1972). Décadas mais tarde, em 2019, os dados apontam que a humanidade continua avançando sobre a natureza, consumindo, em seis meses, recursos que estariam disponíveis de forma renovável o ano inteiro (GFN, 2019).

Em 2020, a pandemia de coronavírus diminuiu o consumo de “recursos naturais”, um indicativo importante de como o ritmo das economias de mercado podem abscindir processos de resiliência do planeta. Ficam, ainda, outras questões: será que é o momento de olharmos para outras economias, ecologias e sóciobiodiversidades a partir da anomalia Covid-19, gerada pelo sistema atual? A economia de mercado, pautada na sociedade de mercado, com sua perspectiva de crescimento ilimitado neste planeta finito nos levará onde? Temos parado para pensar nos processos da vida na natureza?

As economias pós COVID-19: os microcosmos econômicos como tradução da diversidade Amazônica

Os rumos da sociedade e suas instituições são criados coletivamente na fricção da vivência social, onde as relações instituídas a partir das crenças compartilhadas são utilizadas para organizar os relacionamentos humanos e, portanto, podem ser desconstruídas a partir destas mesmas interrelações (HARARI, 2015).

A ideia de desenvolvimento neoliberal para o mundo e para a Amazônia pode, desta forma, ser superada, sendo necessária a discussão de um novo desenvolvimento, um desenvolvimento que considere o humano parte da natureza, que considere os modos de vida e as distintas perspectivas para a construção do novo.

A construção de uma nova perspectiva passa, necessariamente, por uma compreensão do conhecimento dos modos de vida diversos, dos territórios além dos geográficos/cartográficos, conforme Haesbaert (2011), com a formação de base popular aos jovens, adultos e criança acerca do vivido, seus papéis sociais e das possibilidades a partir do presente. Esse avanço passa pela consideração de uma diversidade de economias pautadas não somente na barganha e permuta capitalista, mas também em outras bases, como a reciprocidade, domesticidade e redistribuição, por exemplo (POLANYI, 2000).

A tentativa de criar um modelo de “desenvolvimento” na Amazônia, a partir da segunda metade do século XX, foi com a imposição de grandes projetos, que vislumbravam os demais sujeitos da região, nativo ou migrantes, apenas como mais um elemento da produção e acumulação de riqueza: a força de trabalho, colocando-os como adereços que orbitavam esses motores do dito desenvolvimento regional, desenvolvimento, esse, em via de regra, utilizado como sinônimo de crescimento econômico (HÉBETTE e MARIN, 2004a; HÉBETTE e MARIN, 2004; CASTRO, 2010; SOUZA, 2015).

Nesse contexto, os povos locais, seus saberes e a diversidade que faziam da Amazônia um universo multicultural, foram mais uma vez atingidos (CASTRO, 2010), com milhares de indígenas mortos em confrontos diretos e por doenças levadas, quando da abertura das rodovias, construção de barragens e outros “grandes empreendimentos”, além da violência contra quilombolas e agricultores camponeses, que habitavam as terras apropriadas e redistribuídas pelo Estado.

O modo de vida das populações amazônicas se apresentava tão imbricado à natureza, que a floresta, os rios e os animais, com suas abundâncias e farturas não figuravam no universo da propriedade privada, mas de território, uma perspectiva combatida por uma nova abordagem impetrada, a partir dos projetos da ditadura militar, que mudou drasticamente a vida de milhares de pessoas que viam, agora, suas terras possuírem donos mais “legítimos” que eles mesmo, os latifundiários (LOUREIRO e PINTO, 2005).

Essa fase da história das economias da Amazônia, baseadas nos saberes tradicionais, relegada ao ostracismo pelos projetos econômicos desenvolvimentistas, é mitigada com o advento da redemocratização do país, que trouxe maior visibilidade para esses microcosmos econômicos, essa diversidade de territorialidades, etnicidades representadas pelos povos indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, entre outras categorias (CASTRO, 2010).

A história econômica clássica da Amazônia desvaloriza os saberes tradicionais e fala de ciclos de desenvolvimento, de grandes projetos, com protagonismo sempre exógeno em relação às iniciativas econômicas regionais, omitindo outras economias. Essas economias perduraram a história dos últimos 500 anos, mas vem antes disso, com os povos indígenas, ao longo do tempo e mostrando uma outra Amazônia não oculta, mas ocultada, evidenciada por Francisco de Assis Costa em seus estudos (FIORAVANTI, 2019), onde a permanência sustentada do homem nesse bioma só foi e é possível na relação de pertencimento à natureza.

Os saberes locais e tradicionais são estratégicos e basilares no protagonismo dos povos nos rumos da economia amazônica, um apontamento do potencial de novos tempos, talvez novas economias, pós-pandemia de Covid-19. O protagonismo dos agroextrativistas, no Acre, com Chico Mendes, desde a década de 1980, é a exaltação dos saberes tradicionais contra políticas de sobreposição ser humano-natureza: o desmatamento, que culminou na criação de um dos maiores territórios agroextrativista reconhecido do país, com uma cooperativa de camponeses, a COOPEACRE, em Xapuri que, em 2013, alcançou receita bruta de R\$ 25 milhões/ano, distribuindo cerca de R\$ 15 milhões/ano aos seus associados (BROSE, 2016).

Os dados refletem um microcosmo econômico que se reafirma a partir de um conjunto de práticas e saberes de mulheres e homens que migraram de outras regiões e aprenderam o valor de ser natureza. O assassinato de Chico Mendes, em defesa dessa perspectiva de vida, representa não apenas a possibilidade de cifras vultuosas a cada ano geradas da floresta, mas territorialidades, um caminho, uma conquista naquele microcosmo econômico do viver complexo, da diversidade, em detrimento da simplificação dos sistemas naturais e, por conseguinte, da degradação cultural e do pertencimento. Os saberes, recursivos na geração de identidade, possibilitam a ideia de território e nele a reprodução da existência dos povos (CASTRO, 1998).

O povo Mebêngôkre/Kayapó, no sul do Pará, que habita uma área de 3.315.300 hectares de floresta amazônica e áreas de cerrado, constituíram uma associação e uma cooperativa (Associação Floresta Protegida e Cooperativa Kayapó de produtos da floresta), que desenvolvem diversos projetos e cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade, tais como Jaborandi, Cumarú, Artesanato, Pequi, Cacau, a castanha do Pará (KAYAPÓ et al., 2013, GUIMARÃES et al., 2019).

São iniciativas sob novos mercados, com parâmetros norteadores das trocas mercantis que, em muitos casos, não funcionam sob a relação oferta-demanda-preço, dos mercados convencionais que não considera a origem, havendo, portanto, outros parâmetros como segurança alimentar, atividades sem desmatamento, proteção de florestas, rios, que conferem aos bens uma identidade e uma outra dimensão transformadora positiva.

Conforme já discutido anteriormente, esse microcosmo econômico tem suas atividades de extração e cultivo profundamente enraizadas nos saberes desse povo, sendo, ainda, portador de condições para a perpetuação desses saberes dos velhos para os mais novos durante as atividades. Em 2017, as atividades econômicas apenas na cadeia de valor da castanha do Pará geraram mais de R\$ 350,000,00 reais em renda direta a 16 aldeias vinculadas à associação e cooperativa, atendendo as demandas do próprio povo acerca da aquisição de motores, barcos, ferramentas, vestimentas e outros produtos não perecíveis (GUIMARÃES et al., 2019).

Os resultados dos saberes locais e tradicionais aplicados nos diferentes microcosmos econômicos na Amazônia denotam as potencialidades das cadeias de valor no desenvolvimento de comunidades tradicionais e apontam, ainda, rumos onde instituições ressignificadas e novas se incorporem nesses processos para o fortalecimento das economias amazônicas. Ligadas aos produtos da sociobiodiversidade, um conjunto de instituições, juntamente com diversas comunidades, podendo-se citar o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), o Instituto

Socioambiental (ISA), comunidades indígenas, ribeirinhas, camponeses da terra do meio, entre outros, criaram sistema Origens Brasil®, com selo que possibilita o reconhecimento da origem do produto pelos consumidores aos redor do mundo, identificando de qual comunidade vem o produto, quem o colheu ou produziu, a relação com a natureza e vários outros elementos que valorizam os povos e seus saberes (GESISKY e PALMIERI, 2015).

O processo de acesso aos mercados é um fato que pode gerar e ressignificar instituições (mercado capitalista é apenas uma dimensão dos mercados) que propõem novos caminhos no interior do sistema capitalista. Como é impossível fazê-lo sem relação com o meio envolvente, utiliza-se esse meio para impetrar mudanças, a partir do protagonismo dos atores sociais e pensando as instituições. Os rumos à ser trilhado são o da construção de novos caminhos, a partir do entendimento do funcionamento dos mercados, com seus agentes, sua agência e seu protagonismo, que recoloca o ser humano no centro das relações (não o capital) e produza bem viver, agroecologia, justiça social, cidadania para um amanhã melhor.

Outros microcosmos econômicos instituídos em diversas regiões da Amazônia, a partir da diversidade de paisagens e dos saberes locais e tradicionais dos camponeses, são as feiras-livres, podendo-se citar as feiras dos municípios de Cametá-PA, Marabá-PA, Santarém-PA, Manaus-AM, Boa Vista-RR, entre outras, que se apresentam como alguns exemplos deste universo diverso de relações econômicas presentes na Amazônia (SANTANA, 2006; YOUSSEF FILHO, 2018; SOUZA, 2018; SANTOS e BENJAMIN, 2019).

O cenário econômico que considera os saberes tradicionais amazônicos pautados no ser humano como mais um elemento do ecossistema, apesar de considerado nas políticas públicas nestas primeiras décadas do século XXI, não foi colocado como protagonista para o desenvolvimento de uma economia mais resiliente na região, um projeto popular, e continuamos a amargar problemas fundiários, desmatamento, violência contra indígenas, posseiros, problemas ambientais (CASTRO, 2010).

É inegável que a ação transformadora dos seres humanos na economia de mercado, pautada em crescimento infinito, hegemônica atualmente, não é compatível com um sistema como o planeta terra, que funciona como um sistema vivo aberto, sob um equilíbrio dinâmico, pois gerará repercussões em subsistemas pontuais e maiores, como já observado com surgimento de doenças, a partir da mudança de ambientes para a produção de alimento de origem vegetal e animal, confinados, geralmente, ao redor do mundo (ALTIERI, 2012).

A pandemia de Covid-19 é mais um elemento proveniente da interação humana na natureza, e cabe pensar rumos a partir de vivência com resultados concretos para o aumento da perspectiva de vida dos seres humanos no planeta. As repercussões do atual modelo de sociedade, contribuinte assíduo para o surgimento e rápida disseminação da atual pandemia, gerou, ao longo dos anos, profundas desigualdades sociais que, agora, afetam ainda mais as populações mais pobres. Portanto, seja pelo atual cenário de crises nos sistemas naturais que contribuem para desequilíbrio ecológico, seja pelas crises socioeconômicas, é premente a necessidade de se pensar alternativas pós pandemia de Covid-19.

A Amazônia, com sua história econômica complexa, aponta caminhos a partir dos saberes locais e tradicionais. A mudança paradigmática, um novo sistema civilizatório, será possível quando, nas mais diversas instâncias e setores, culminando na economia maior, a sociedade for capaz de entender, reproduzir e coexistir criticamente com a diversidade socioambiental presente na natureza.

As economias pós-pandemia do coronavírus devem olhar e considerar os modos de vida dos povos da floresta amazônica: na diversidade da floresta o ser humano se insere como mais um elemento, gerando, nesse processo, a diversidade de saberes para lidar com a complexidade das relações, o que repercute em uma diversidade de microcosmos econômicos que, ao mesmo tempo, traduz e é traduzido pela sociobiodiversidade amazônica.

Considerações finais

Discutir os saberes locais e tradicionais amazônicos como aventadores de possibilidades em tempos de crise não é algo novo, aliás, é recorrente ao longo das últimas cinco décadas, mas sempre se mostra necessário, dado seu alto valor empírico e didático para se pensar novos caminhos a serem trilhados no pós pandemia. Os saberes tradicionais dos povos da floresta é tradução da diversidade ecossistêmica que envolve os territórios, as comunidades, as aldeias, formando um produto da complexidade, que atua de forma recursiva na produção de sociedades.

A diversidade vegetal repercute em maior diversidade animal, cultural, econômica, que culmina em um funcionamento dos sistemas vivos mais equilibrado, onde relações mais próximas e interdisciplinares no meio envolvente (coevolução) possibilitam a agricultura, o extrativismo, a reprodução social, de uma forma geral, potencializando o funcionamento dos sistemas (inclusive o corpo) de forma mais saudável e equilibrada possível, o que se traduz, por exemplo, no desenvolvimento do sistema imunológico diante da Covid-19.

Os saberes locais e tradicionais não são a panaceia para os problemas do mundo, tampouco as únicas balizas para novos tempos pós-pandemia, mas, sem sombras de dúvidas, são um conjunto de conhecimentos aprimorados por milênios no território amazônico. Mas, não só isso, esses conjuntos de saberes mostraram ser capaz de proporcionar uma vivência humana mais integrada à sua “essência” natural, onde o fato de ser mais um elemento do sistema não gerou deficiências que não fossem resolvidas pelo próprio sistema, mas tornou possível a sobrevivência desses povos, mais fortes e resilientes ao longo dos séculos que vêm habitando seus territórios.

O que virá depende de como nos colocamos diante dos conhecimentos que temos, das experiências, tecnologias. Há repercussões do atual modelo de organização social que são elementares para uma autocrítica de como a ação transformadora do ser humano na natureza nos impactam. Portanto, compreender os diferentes modos de vida, os processos de construção de conhecimentos antigos e novos, a quem servem, nos ajudam a escolher caminhos, e esse é um dos grandes desafios contemporâneos, pois não podemos mais avançar enquanto civilização sob o piloto automático da sociedade de mercado.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008, 192p.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Expressão popular, AS-PA, 2012. 400 p.
- ALTIERI, M. A. Linking Ecologists and Traditional Farmers in the Search for Sustainable Agriculture, **Frontiers in Ecology and the Environment**, v. 2, n. 1, p. 35-42, 2004.
- ALVARENGA, A. T. de; PHILIPPI JÚNIOR, A.; SOMMERMAN, A.; ALVARES, A. M. de S.; FERNANDES, V. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI Jr, A.; NETO, A. J. S. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**, Barueri-SP, Manole, 2011, p. 3-68.
- BARRETO, P.; SOUZA JR., C.; ANDERSON, A.; SALOMÃO, R.; WILES, J. **Pressão Humana no Bioma Amazônia**. Imazon: o estudo da Amazônia. nº 3, p.1-6, 2005.
- BARROS, F. B. E; SILVA, L. M. S. Aproximações sobre saberes amazônicos como essência do Desenvolvimento Sustentável nos trópicos. In: GOMES, J. C. C., ASSIS, W. S. de. (Ed.) **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013, p. 109-144.
- BOFF, L. A busca de um ethos planetário. **Cadernos IHU ideias**, vol. 10, nº 169, p. 1 – 21, 2012.
- BROSE, M. E. Cadeias produtivas sustentáveis no desenvolvimento territorial: a castanha na Bolívia e no Acre, Brasil. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, 2016 p. 77-86.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução: Newton Roberval Eichenberg. 11 ed. São Paulo: Cultrix, 1996. 249p.
- CASTRO, E. **Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea**. In: BOLLI, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Orgs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010, p. 105-122.

- CLEMENT, C. R.; DENEVAN, W. M.; HECKENBERGER, M. J.; JUNQUEIRA, A. B.; NEVES, E. G.; TEIXEIRA, W. G.; WOODS, W. I. The domestication of Amazonia before European conquest. **Proceedings - Royal Society. Biological Sciences**, v. 282, p. 1-8, 2015.
- CORRÊA, S. da S. Mineração de bauxita e grupos quilombolas do rio Trombetas (Pará): transformações territoriais, sociais e nas relações de trabalho. In: SILVA, R. G. da C.; LIMA, L. A. P.; CONCEIÇÃO, F. S. da (Orgs.). **Amazônia: dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 337p.
- COSTA, F. de A. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão Pará. **Nova Economia**, v. 20, n 1, p. 167- 206, 2010.
- CASTRO, E. R. **Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea**. In: BOLLI, W.; CASTRO, E.; VEJEMELKA, M. (Orgs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010, p. 105-122.
- CASTRO, E. R. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA**, nº 92, p. 1 – 16, 1998.
- FIORAVANTI, C. Francisco de Assis Costa: As múltiplas faces da Amazônia. **Revista Pesquisa Fapesp**, v. 277, n.1, 2019. Disponível em: < <https://revistapesquisa.fapesp.br/francisco-de-assis-costa-as-multiplas-faces-da-amazonia/>>. Acesso em 25 de julho de 2020.
- FEYERABEND, P. **Contra o Método**; tradução de Octanny S. da Mota e Leônidas Hegenberg. Rio de Janeiro, F. Alves, 1989, 484p.
- GUIMARÃES, E. dos S.; PEREIRA, B. A. C.; SALLES, N. V. de; SILVA, R. de J.; NIEMEYER, F.; KAYAPÓ, M. A importância do extrativismo da castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) para a consolidação da autonomia do povo Mëbêngôkre-Kayapó e uso sustentável da floresta no Sul do Pará. In **Anais...XI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA: Ecologia de Saberes: Ciência, Cultura e Arte na Democratização dos Sistemas Agroalimentares**, p. 1 - 5, 2019.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS, 2009. 653 p.
- GLOBAL FOOTPRINT NETWORK – GFN. **Earth Overshoot Day 2019 é 29 de julho, o mais antigo de todos os tempos**. 2019. Disponível em: <<https://www.footprintnetwork.org/2019/06/26/press-release-june-2019-earth-overshoot-day/>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed. 2011. 396p.
- HARARI, Y.N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2015. 464p.
- HÉBETTE, J.; MARIN, R. A. Estado e reprodução da estrutura social na fronteira: Ariquememes em Rondônia. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol I. Belém. EDUFPA, 2004a, p. 245-311.
- HÉBETTE, J.; MARIN, R. A. Grandes projetos e transformações na fronteira. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia Vol III**. Belém. EDUFPA, 2004, pp. 139-163.
- JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 221p.
- KAYAPÓ, K.; KAYAPÓ, B.; JEROZOLIMSKI, A.; NEVES, R. de P. Fortalecendo a cadeia produtiva da Castanha-da-Amazônia (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.) em comunidades Kayapó do Sul do Pará. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 1-5, 2013.
- LEVIS, C. et al. Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. **Science**. v. 355, n. 6328, p. 925-931. 2017.
- LOUREIRO, V R; PINTO, J N A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo, V. 2, n. 54, p 77-98, 2005.
- MEADOWS, D.; MEADOWS, D.; RANDERS, J.; BEHRENS, W. W. **The Limits to growth**, Universe books, 1972. 205p.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p.
- NOBRE, A. D. **O Futuro Climático da Amazônia: Relatório de Avaliação Científica**. Articulación Regional Amazónica (ARA). 2015, 42p.
- NOVAES, A. A outra margem do ocidente. In: NOVAES, Novaes (Org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 07-14.
- PINHEIRO, Sérgio L. G. O Enfoque Sistêmico e o Desenvolvimento Rural Sustentável: um desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 1, n 2, p. 27-37, 2000.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Trad. de Fanny Wrabel. 2°ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000. 337p.

- PRADO, H. M.; MURRIETA, R. S. S. Presentes do passado: domesticação de plantas e paisagens culturais na Amazônia pré-histórica. **Ciência hoje**, n. 326, v. 55, p. 18 – 23, 2015.
- ROBERT, P. de; GARCÉS C. L.; LAQUES, A.-E.; COELHO-FERREIRA, M. A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, v. 7, n. 2, p. 339-369, 2012.
- SANTANA, K. C. T. **Mercado justo e solidário como contribuição ao desenvolvimento sustentável: um estudo das representações econômico-sociais do comércio do açaí pelo município de Codajás**. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, 2006.
- SANTOS, A. R. S.; BENJAMIN, A. M. S. Rede jirau de agroecologia: uma inovação estratégica para mobilização social no Baixo Tocantins. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 15, n. 38, p. 90-113. 2019.
- SAWYER, D. **População e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Brasília: UNFPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2015. 77p. (Série população e desenvolvimento sustentável). Disponível em: < [http://unfpa.org.br/Arquivos/amazonia1 .pdf](http://unfpa.org.br/Arquivos/amazonia1.pdf)>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- SOUZA, M. V. M. de. **O projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá (PA): a cidade-mercadoria e as desigualdades socioespaciais**. 2015. 297p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- SOUZA, L. N.; MELO, M. B.; SILVA, D. W. Caracterização do perfil dos consumidores da Feira de Produtos Orgânicos do município de Santarém, Pará. **Cadernos de Agroecologia**. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF. v. 13, n. 1, p. 1-6, 2018.
- TOLEDO, V.M., BARRERA-BASSOLS, N. **Memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ª edição, 2008, 225p.
- VASCONCELOS, M. J. E. de. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**, Campinas, São Paulo: Papyrus, 2002, 272p.
- YOUSSEF FILHO, A. A.; NEGREIROS, M. T.; GARCIA, A. S. De trabalhadores “sem terras” a produtores agroecológicos. **Cadernos de Agroecologia**. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF. v. 13, n 1, p. 1-6, 2018.